



Gabinete do Desembargador Fausto Moreira Diniz
Corte Especial

**INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS Nº
265042.30.2016.8.09.0000 (201692650424)**

COMARCA DE GOIÂNIA

**REQUERENTE : DESEMBARGADOR RELATOR DA 6ª
CÂMARA CÍVEL DO TRIBUNAL DE
JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS**

**REQUERIDO : DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE
GOIÁS**

RELATOR : DES. FAUSTO MOREIRA DINIZ

**EMENTA: INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS
REPETITIVAS. TEMA DE Nº 2. DEFESA PROMOVIDA POR
NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA. POSSIBILIDADE DE
FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS DATIVOS AOS PROCURADORES. I**

- O incidente de resolução de demandas repetitivas tem previsão no artigo 976, incisos I e II, da atual Lei Processual Civil e artigos 341-A a 341-E do Regimento Interno deste Tribunal de Justiça (Emenda Regimental nº 09 de 14 de dezembro de 2016). II - O referido instituto surgiu como meio para facilitar e acelerar a resolução de demandas múltiplas, que dependem da análise e decisão de uma 'mesma' questão de direito (artigo 976, I, da Lei Processual Civil de 2015). Pretendeu-se, igualmente, evitar decisões diferentes para uma mesma questão, frisando-se que a instauração do incidente depende de risco de ofensa à isonomia e à



tribunal
de justiça
do estado de goiás

Gabinete do Desembargador Fausto Moreira Diniz
Corte Especial

segurança jurídica (artigo 976, II, do atual Código de Processo Civil). III – Tese firmada: “É perfeitamente possível a fixação de honorários dativos aos advogados que, na qualidade de professores do núcleo de prática jurídica de instituição de ensino superior, prestam serviços a pessoas hipossuficientes, desde que não haja condenação de honorários sucumbenciais impostos à parte contrária.”

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas nº 0265042.30.2016.8.09.0000, da comarca de Goiânia, sendo requerente Desembargador Relator da 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás e requerido Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.

Acordam os integrantes da Corte Especial do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, à unanimidade de votos, **em julgar o incidente de demandas repetitivas para fixar a tese de que “é perfeitamente possível a fixação de honorários dativos aos advogados que, na qualidade de professores do núcleo de prática jurídica de instituições de ensino superior, prestam serviços a pessoas hipossuficientes, desde que não haja condenação de honorários sucumbenciais impostos à parte contrária”** nos



Gabinete do Desembargador Fausto Moreira Diniz
Corte Especial

termos do voto do Relator. Fizeram sustentações orais os Drs. Rafael Reginaldo Urani de Oliveira, por José Airton de Aquino Gomes e Miguel de Paula Czedler, pela Universidade de Rio Verde Custas de lei.

Votaram, além do Relator, os Desembargadores Nicomedes Domingos Borges, Itamar de Lima, Alan Sebastião de Sena Conceição (substituto do Desembargador Leobino Valente Chaves), Itaney Francisco Campos, substituto do Desembargador João Waldeck Félix de Sousa, José Paganucci Júnior, substituto do Desembargador Amaral Wilson de Oliveira, Maria das Graças Carneiro Requi, substituta da Desembargadora Elizabeth Maria da Silva, Orloff Neves Rocha, substituto do Desembargador Gerson Santana Cintra, Carmecy Rosa Maria Alves de Oliveira, substituta do Desembargador Ney Teles de Paula, Nelma Branco Ferreira Perilo, Walter Carlos Lemes, Kisleu Dias Maciel Filho e Jeová Sardinha de Moraes. Ausentes ocasionais os Desembargadores Carlos Alberto França e Beatriz Figueiredo Franco. Ausente justificado o Desembargador Carlos Escher. Presidiu o julgamento o Desembargador Gilberto Marques Filho.

Presente o ilustre Procurador de Justiça,
Doutor Sérgio Abinagem Serrano.

Goiânia, 23 de julho de 2018.

DES. FAUSTO MOREIRA DINIZ



tribunal
de justiça
do estado de goiás

Gabinete do Desembargador Fausto Moreira Diniz
Corte Especial

RELATOR

09/Fred



tribunal
de justiça
do estado de goiás

Gabinete do Desembargador Fausto Moreira Diniz
Corte Especial

**INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS
Nº 265042.30.2016.8.09.0000 (201692650424)
COMARCA DE GOIÂNIA**

**REQUERENTE : DESEMBARGADOR RELATOR DA 6ª
CÂMARA CÍVEL DO TRIBUNAL DE
JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS**

**REQUERIDO : DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE
GOIÁS**

RELATOR : DES. FAUSTO MOREIRA DINIZ

RELATÓRIO

Cuida-se de incidente de resolução de demandas repetitivas – IRDR instaurado a pedido desta relatoria em razão da apelação cível intentada por José Airton de Aquino Gomes em desproveito de Dayane Cristina de Moura Gomes.

O predito incidente foi suscitado de ofício em razão da discordância existente entre as Câmaras Cíveis desta Corte de Justiça consistente na possibilidade ou não de fixação de honorários dativos aos procuradores que, na qualidade de professores do núcleo de prática jurídica de instituição de ensino, prestarem assistência judiciária às pessoas necessitadas.



Gabinete do Desembargador Fausto Moreira Diniz
Corte Especial

No ofício de nº 09/2016, o requerente alegou que há divergência nesta Corte de Justiça no tocante a fixação ou não dos honorários dativos, havendo, inclusive, confronto entre posicionamento de câmaras idênticas (Movimentação de nº 3, doc. 1).

Explicitou que uma corrente decide pela possibilidade de fixação dos honorários dativos ao advogado que, na qualidade de professor do núcleo de prática jurídica, presta assistência a pessoas necessitadas, em observância ao artigo 22, § 1º, da Lei nº 8.906/94 (Estatuto da OAB), mormente porque o contrato do causídico se limita a orientação acadêmica dos alunos, não englobando o labor, protocolo e acompanhamento da ação judicial.

Em uma outra corrente, ao contrário, delibera pela impossibilidade de fixação dos honorários dativos, baseando-se na premissa de que a instituição de ensino já remunera o procurador/professor, não fazendo jus ao recebimento.

Ao final, requereu a instauração do incidente de resolução de demandas repetitivas – IRDR.

Na Movimentação de nº 3, doc. 5, o referido incidente foi admitido, à unanimidade, sendo suspensas todas as demandas pendentes acerca do tema (1º e 2º grau); foi acordado pela desnecessidade de requisição de informações aos órgãos nos quais tramitam os processos; foi avocado o julgamento da apelação cível de nº



Gabinete do Desembargador Fausto Moreira Diniz
Corte Especial

201590910001) apensado aos autos.

A Procuradoria Geral de Justiça, por meio de seu Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos, **Dr. Spiridon N. Anyfantis**, emitiu parecer (Movimentação de nº 3, doc. 8 e 9), manifestando-se "*(...) pela procedência do incidente, para fixar a tese jurídica, de caráter vinculante e obrigatória, a ser aplicada a todos os processos individuais e coletivos que versem sobre idêntica questão de direito e que tramita na área de jurisdição do TJGO, inclusive àqueles que tramitem nos juizados especiais, bem como aos casos futuros que versem idêntica questão processual ou de direito, nos termos do art. 985, incisos I e II do CPC/2015: - **"É cabível a fixação de honorários dativos aos advogados que, na qualidade de professores do núcleo de prática jurídica de instituição de ensino superior, prestam serviços a pessoas hipossuficientes"**. (sic).*

Na Movimentação de nº 3, doc. 15, foi determinada a intimação da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção de Goiás, acerca do seu interesse no feito nos termos do artigo 983 do atual Código de Processo Civil, que dispõe: "*O relator ouvirá as partes e os demais interessados, inclusive pessoas, órgãos e entidades com interesse na controvérsia, que, no prazo comum de 15 (quinze) dias, poderão requerer a juntada de documentos, bem como as diligências necessárias para elucidação da questão de direito controvertida, e, em seguida, manifestar-se-á o Ministério, no mesmo prazo*", que devidamente intimada (Movimentação de nº 3, doc. 18), ficou-se inerte.



Gabinete do Desembargador Fausto Moreira Diniz
Corte Especial

Na Movimentação de nº 3, doc. 19, determinei que os autos fossem remetidos ao setor de digitalização para as providências necessárias em atenção ao Decreto Judiciário nº 2204/2017, que regulamenta a protocolização e peticionamento eletrônico na Secretaria do Plenário e Corte Especial deste Tribunal de Justiça, o que foi realizado conforme apura-se da Certidão de Movimentação de nº 3, doc. 20.

É o relatório. **Peço dia para julgamento, com fulcro no artigo 983, § 2º, do Diploma de Ritos.**

Goiânia, 28 de junho de 2018.

DES. FAUSTO MOREIRA DINIZ
RELATOR

09/Fred



Gabinete do Desembargador Fausto Moreira Diniz
Corte Especial

**INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS
Nº 265042.30.2016.8.09.0000 (201692650424)
COMARCA DE GOIÂNIA**

**REQUERENTE : DESEMBARGADOR RELATOR DA 6ª
CÂMARA CÍVEL DO TRIBUNAL DE
JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS**
**REQUERIDO : DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE
GOIÁS**
RELATOR : DES. FAUSTO MOREIRA DINIZ

VOTO DO RELATOR

O incidente de resolução de demandas repetitivas tem previsão no artigo 976, incisos I e II, da atual Lei Processual Civil e artigos 341-A a 341-E do Regimento Interno deste Tribunal de Justiça (Emenda Regimental nº 09 de 14 de dezembro de 2016), *in verbis*:

"Art. 976. É cabível a instauração do incidente de resolução de demandas repetitivas quando houver, simultaneamente:

I – efetiva repetição de processos que contenham controvérsia sobre a mesma questão unicamente de direito;

II – risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica.



Gabinete do Desembargador Fausto Moreira Diniz
Corte Especial

§ 1º. A desistência ou o abandono do processo não impede o exame de mérito do incidente.

§ 2º. Se não for o requerente, o Ministério Público intervirá obrigatoriamente no incidente e deverá assumir sua titularidade em caso de desistência ou de abandono.

§ 3º. A inadmissão do incidente de resolução de demandas repetitivas por ausência de qualquer de seus pressupostos de admissibilidade não impede que, uma vez satisfeito o requisito, seja o incidente novamente suscitado.

§ 4º. É incabível o incidente de resolução de demandas repetitivas quando um dos tribunais superiores, no âmbito de sua respectiva competência, já tiver afetado recurso para definição de tese sobre questão de direito material ou processual repetitiva.

§ 5º. Não serão exigidas custas processuais no incidente de resolução de demandas repetitivas”.

“Art. 341-A. Os incidentes de resolução de demandas repetitivas, instaurados, processados e julgados conforme as normas do CPC (arts. 976 a 987), na Corte Especial, também observarão as seguintes regras procedimentais:

I – Protocolizado o pedido de instauração do incidente dirigido ao Presidente do Tribunal, será, imediatamente, remetido à Corte Especial e distribuído ao relator, que o levará em Mesa para o juízo de admissibilidade pela Corte;



Gabinete do Desembargador Fausto Moreira Diniz
Corte Especial

II – se o relator do recurso, remessa necessária ou processo de competência originária de onde se originou o incidente for membro da Corte Especial, será, também, automaticamente, relator do incidente. Neste caso, caberá ao mesmo a simples comunicação da sua instauração ao Presidente, a autuação em autos apartados e o encaminhamento em Mesa para o juízo de admissibilidade pela Corte;

III – Admitido, o incidente é considerado instaurado, para fins de registro em banco eletrônico de dados de Tribunal, divulgação, comunicação ao Conselho Nacional de Justiça e demais fins legais (art. 982 do CPC); não admitido, o incidente será arquivado e o processo de onde ele se originou será devolvido ao órgão fracionário competente;

IV – O relator presidirá a instrução, decidirá as eventuais questões correlatas, e concluídas as diligências, encaminhará o feito à pauta para a exposição da causa, sustentações orais e julgamento do incidente e da causa pela Corte Especial;

IV – O enunciado da tese jurídica formulada pelo relator será submetido à ratificação ou rejeição dos demais desembargadores que a compõem;

V – Havendo rejeição, a tese jurídica é considerada não aprovada nem fixada pelo Tribunal e seu enunciado não terá a eficácia do art. 985 do CPC;

VI – Havendo ratificação, a tese jurídica é considerada fixada pelo Tribunal e, ao seu enunciado aprovado, dar-se-á ampla divulgação e publicidade, sem prejuízo das comunicações necessárias;



Gabinete do Desembargador Fausto Moreira Diniz
Corte Especial

VII – A revisão da tese jurídica firmada no incidente far-se-á pelo mesmo órgão que julgou o anterior incidente, de ofício ou mediante requerimento dos legitimados mencionados na lei processual civil;

VIII – Se o incidente for instaurado através de ofício do relator, este, ao suscitá-lo, suspenderá o andamento do recurso, remessa necessária ou processo de competência originária, até que a Corte Especial admita o IRDR para análise e julgamento, quando então declinará da competência, remetendo-se-lhe os autos para julgamento, na forma do art. 978, parágrafo único, do CPC”.

Sobre o incidente de resolução de demandas repetitivas, eis o entendimento de **Luiz Guilherme Marinoni** e **Daniel Mitidiero** contido na obra Comentários ao Código de Processo Civil, artigos 976 ao 1.044, *in verbis*:

“1.1. Objetivo do incidente de resolução de demandas repetitivas.

O incidente de resolução de demandas repetitivas surgiu como meio para facilitar e acelerar a resolução de demandas múltiplas, que dependem da análise e decisão de uma ‘mesma’ questão de direito (art. 976, I, do CPC/2015). Pretendeu-se, igualmente, evitar decisões diferentes para uma mesma questão, frisando-se que a instauração do incidente depende de ‘risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica’ (art. 976, II, do CPC/2015).

Na verdade, a isonomia e a segurança jurídica não constituem propriamente requisitos para a instauração do incidente, mas a justificativa do legislador para a sua previsão no Código de Processo



Gabinete do Desembargador Fausto Moreira Diniz
Corte Especial

Civil. É que, havendo centenas ou milhares de demandas que dependem da solução de uma mesma questão de direito, sempre já possibilidade de decisões diferentes para casos iguais.

Parte-se da premissa de que, como há apenas uma única questão a atingir todos os demandantes, cabe resolvê-la em separado, outorgando-se à decisão eficácia perante todos os litigantes das diversas ações individuais. Como é fácil perceber, o incidente, ao excluir a participação de todos em nome da otimização da resolução das demandas, exige grande esforço interpretativo". (Editora Revista dos Tribunais, São Paulo, 2016, página 27).

Transcrevo, ainda, comentários acerca do tema de **Teresa Arruda Alvim Wambier e outros** em Primeiros Comentários ao Novo Código de Processo Civil artigo por artigo:

"1. Instauração do incidente de resolução de demandas repetitivas – incisos I e II. O incidente de resolução de demandas repetitivas é instituto novo, criado pelo NCPC. Está em inteira harmonia com dois dos objetivos do novo sistema: **(1)** Agilizar a prestação jurisdicional, sem perda de qualidade, desafogando o Poder Judiciário; **(2)** Gerar uniformidade na jurisprudência, dando sentido prático ao princípio da isonomia e à necessidade de previsibilidade, criando segurança jurídica. **1.1.** Trata-se de um incidente que tem por objetivo, à semelhança do que já ocorre com muitos institutos do CPC em vigor, proporcionar **uniformização do entendimento** acerca de certa **tese jurídica**. A decisão que deve ser considerada, a respeito de certa tese jurídica comum a inúmeras ações, é proferida, quando se utiliza este instituto, no segundo grau de jurisdição. O teor da **decisão do Tribunal**

Gabinete do Desembargador Fausto Moreira Diniz
Corte Especial

é ponto de partida para que os juízos singulares decidam seus processos. **1.2.** O incidente provoca **cisão de competência**, como ocorre no incidente de arguição de inconstitucionalidade. Embora se trate de institutos semelhantes, **diferentemente** ocorre com o **julgamento de recursos especial e extraordinário repetitivos**, em que não há cisão de competência, mas julgamento de recursos 'modelo', escolhido dentre todos existentes, ainda no segundo grau. Os recursos, cujo procedimento foi sobrestado no segundo grau, devem ser decididos de forma harmônica com o recurso modelo, afetado, e previamente decidido pelo STJ ou pelo STF. **1.3.** Aqui, a uniformização do entendimento sobre a quaestio iuris subjacente aos processos, fortemente inspirado em institutos previstos no direito comparado se passo do 1º para o 2º grau. **1.4.** O dispositivo, ora comentado, alista os requisitos da instauração do incidente: Multiplicidade de processos já em curso, girando em torno da mesma questão de direito (**inc. I**); Perigo de ofensa à isonomia e à segurança jurídica – ou seja, o perigo de que haja decisões diferentes sobre esta mesma questão jurídica, presente em todo esse grande número de ações já em curso (**inc. II**)". (Revista dos Tribunais, São Paulo, 2016, página 1551).

O incidente de resolução de demandas repetitivas – IRDR é um processo que trata de um assunto abordado em inúmeros outros processos. Assim, depois que o incidente é julgado, a mesma decisão deve ser aplicada a todas as outras ações judiciais do mesmo teor. Até que o IRDR seja julgado e haja definição do resultado do julgamento, as ações iguais ficam paralisadas na primeira e segunda instância. O IRDR é considerado fundamental para dar mais agilidade ao Judiciário.



Gabinete do Desembargador Fausto Moreira Diniz
Corte Especial

O artigo 976, § 4º, da nova Lei Processual Civil preceitua que: *"É incabível o incidente de resolução de demandas repetitivas quando um dos tribunais superiores, no âmbito de sua respectiva competência, já tiver afetado recurso para definição de tese sobre questão de direito material ou processual repetitiva"*. Em pesquisa ao Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça não há notícia acerca da afetação de recurso repetitivo quanto ao tema ora tratado neste feito.

Por outro lado, não é a mera multiplicação de processos que dá ensejo a instauração do incidente, mas apenas a hipótese em que há risco efetivo de coexistência de decisões conflitantes.

Pois bem. No caso vertente, verifica-se que a **3ª e 5ª Câmaras Cíveis** entendem pela fixação dos honorários dativos aos advogados atuantes no núcleo de prática jurídica de instituição de ensino. A **2ª e 4ª Câmaras** posicionam-se pela impossibilidade de fixação dos honorários dativos. Já **1ª e 6ª Câmara Cível** adotam ambos entendimentos.

Neste ponto, faço remissão aos precedentes jurisprudenciais colacionados no incidente, quando suscitado no ofício nº 09/2016 (Movimentação de nº 3, doc. 1), pedindo vênias para suas transcrições, *verbis*:

"PELA POSSIBILIDADE DE FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS DATIVOS



Gabinete do Desembargador Fausto Moreira Diniz
Corte Especial

'APELAÇÃO CÍVEL. DIVÓRCIO LITIGIOSO. DEFESA PROMOVIDA POR NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA A AMBOS OS LITIGANTES. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS E DATIVOS NÃO ARBITRADOS. O advogado que, na qualidade de professor de Núcleo de Prática Jurídica Cível de Instituição de Ensino Superior, prestar assistência judiciária às pessoas necessitadas, desde que selecionadas pelo Núcleo de Prática Jurídica da UniEvangélica, faz jus ao arbitramento de honorários dativos quando atendidos os requisitos legais. APELAÇÃO CONHECIDA E PROVIDA.' (**1ª CC**, AC nº 115549-63.2013.8.09.0006, **Rel. Des. Orloff Neves Rocha**, DJe nº 2009 de 15/04/2016).

'DIVÓRCIO CONSENSUAL. HOMOLOGAÇÃO DO ACORDO. HONORÁRIOS DATIVOS. NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA. RESOLUÇÃO N.º 293/2003 DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO. 1 - Ausente no interior do Estado Defensoria Pública plenamente organizada, há de ser prestada a assistência jurídica por advogados sem vínculo com a administração pública através da Procuradoria de Assistência Judiciária ou dos Núcleos de Prática Jurídica. 2 - O advogado que atua perante Núcleo de Prática Jurídica faz jus aos honorários dativos, a teor do art. 22, § 1º, Lei n. 8.906/94 (Estatuto da OAB), sob pena de locupletamento ilícito do Estado. 3 - Os honorários serão fixados pelo juiz após o trânsito em julgado da sentença, ao modo do art. 6º, da Resolução nº 293/2003 da Procuradoria Geral do Estado de Goiás. 4 - Apelo conhecido e provido. Sentença parcialmente reformada.' (**3ª CC**, AC nº 146114-39.2015.8.09.0006, **Relª. Desª. Beatriz Figueiredo Franco**, DJe nº 2017 de 29/04/2016).

'REMESSA NECESSÁRIA. APELAÇÃO CÍVEL. MANDADO DE SEGURANÇA.

Gabinete do Desembargador Fausto Moreira Diniz
Corte Especial

*FORNECIMENTO DE EXAMES MÉDICOS. DIREITO LÍQUIDO E CERTO. COMPROVADO. GARANTIA CONSTITUCIONAL À SAÚDE. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. DEFERIMENTO. ADVOGADOS DO NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA DA FACULDADE DE DIREITO. PROFESSORES-ORIENTADORES. FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS DATIVOS. CABIMENTO. ARTIGO 3º, 'B', DA PORTARIA N. 293/2003 DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE GOIÁS. 1. Constitui direito líquido e certo da impetrante a realização de exames pelo ente municipal, conforme prescrição médica, para diagnóstico de enfermidade grave, já que a saúde é um direito de todos constitucionalmente protegido e garantido. 2. Segundo dispõe o artigo 3º, 'b', da Portaria 293/2003 da Procuradoria Geral do Estado de Goiás, fazem jus à percepção de honorários a serem pagos pelos cofres públicos do Estado, os advogados que prestarem serviços de assistência judiciária nos procedimentos de jurisdição voluntária e em processos contenciosos, sempre que não houver condenação imposta à parte contrária. 3. Assim, em tese, todo e qualquer advogado que prestar serviço de assistência judiciária em processos contenciosos, na qualidade de professor-orientador do Núcleo de Prática Jurídica, tem direito a honorários dativos, isto porque são remunerados pelas faculdades de Direito em que são contratados apenas para orientar e auxiliar os alunos na confecção de peças jurídicas, não incluído no labor o protocolo e o acompanhamento das ações judiciais. 4. REMESSA NECESSÁRIA CONHECIDA E PARCIALMENTE PROVIDA. APELO CONHECIDO E PROVIDO.' (3ª CC, DGJ nº 115332-44.2015.8.09.0137, **Rel. Des. Gerson Santana Cintra**, DJe nº 2026 de 12/05/2016).*

'APELAÇÃO CÍVEL. ARROLAMENTO SUMÁRIO. JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA. PARTE CARENTE DE RECURSOS FINANCEIROS. ASSISTÊNCIA JURÍDICA PRESTADA POR ADVOGADO DE NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA



Gabinete do Desembargador Fausto Moreira Diniz
Corte Especial

*NOMEADO ASSISTENTE JUDICIÁRIO PELA SUBSEÇÃO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. COMARCA DO INTERIOR. AUSÊNCIA DA DEFENSORIA PÚBLICA ESTADUAL. REQUISITOS LEGAIS PARA PAGAMENTO DE HONORÁRIOS DATIVOS. PRESENÇA. PARTICULARIDADES DA CAUSA. 1 - No caso dos autos revela-se devido o reconhecimento do direito do advogado ao recebimento de honorários dativos, eis que constatado o patrocínio de causa de jurisdição voluntária, de tramitação em comarca do interior do Estado, por advogado nomeado como assistente judiciário pela Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil, ante a ausência da Defensoria Pública Estadual, prestando assistência jurídica à pessoa declaradamente necessitada pela carência de recursos financeiros, somado à anuência tácita do magistrado competente quanto à aceitação da nomeação do patrono como assistente judiciário. 2 - Nesse contexto, restam atendidos os requisitos legais estabelecidos no artigo 5º, inciso LXXIV, da Constituição Federal, no artigo 22, § 1º, da Lei nº 8.906/84, nos artigos 1º, 2º, § 1º a, e 5º da Lei Estadual nº 9.785/85, bem como no artigo 3º, b, da Resolução nº 293/2003, da Procuradoria Geral do Estado. 3 - O fato do advogado atuar em Núcleo de Prática Jurídica de instituição particular de ensino superior não afasta o referido pagamento desde que preenchidos todos os requisitos legais acima identificados. APELAÇÃO CONHECIDA E PROVIDA.’ (5ª CC, AC nº 432137-38.2014.8.09.0006, **Rel. Des. Alan S. de Sena Conceição**, DJe nº 1977 de 26/02/2016).*

'APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INVENTÁRIO. JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA. NOMEAÇÃO DE ADVOGADO DATIVO. CAUSÍDICO INTEGRANTE DO NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA DE FACULDADE PARTICULAR. COMARCA DO INTERIOR. AUSÊNCIA DA DEFENSORIA PÚBLICA ESTADUAL. REQUISITOS LEGAIS PARA PAGAMENTO DE HONORÁRIOS DATIVOS.

Gabinete do Desembargador Fausto Moreira Diniz
Corte Especial

*PRESENÇA. PARTICULARIDADES DA CAUSA. FIXAÇÃO DO VALOR DOS HONORÁRIOS APÓS O TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. Pelas particularidades do caso em comento, revela-se devido o reconhecimento do direito dos advogados dos requerentes ao recebimento de honorários dativos, eis que constatado o patrocínio de causa de jurisdição voluntária, de tramitação em comarca do interior do Estado, por advogado nomeado como dativo pelo juízo, ante a ausência da Defensoria Pública Estadual, prestando assistência jurídica à pessoa declaradamente necessitada pela carência de recursos financeiros. 2. O fato do advogado atuar em Núcleo de Prática Jurídica de instituição particular de ensino superior não afasta o referido pagamento pela prestação do serviço de advocacia, que deverá ser remunerado pelo Estado. 3. De acordo com o disposto no artigo 6º, da Resolução nº 293/2003 da Procuradoria Geral do Estado de Goiás, 'os honorários só deverão ser fixados pelo juiz após o trânsito em julgado da sentença'. Assim, caberá ao julgador de origem, na próxima fase processual, a definição dos valores para os honorários dativos devidos ao patrono dos requerentes, observados os parâmetros legais estabelecidos para tanto. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.' (6ª CC, AC nº 188539-57.2010.8.09.0006, **Rel. Dr. Marcus da Costa Ferreira**, DJe nº 2034 de 25/05/2016).*

PELA IMPOSSIBILIDADE DE FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS DATIVOS

'APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE DIVÓRCIO LITIGIOSO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DATIVOS. PROFESSOR ORIENTADOR DO NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA DA FACULDADE DE DIREITO. MUNUS SOCIAL. PLEITO IMPROCEDENTE. SENTENÇA MANTIDA. I - Em sede da ação de divórcio litigioso, sendo o advogado subscritor da petição inicial professor



Gabinete do Desembargador Fausto Moreira Diniz
Corte Especial

contratado e pago por instituição educacional para a orientação dos acadêmicos, cuja finalidade precípua é a elaboração de petições e peças processuais em conjunto com estes, sendo aquele profissional já remunerado pela instituição de ensino, não fazem 'jus' ao recebimento dos honorários dativos. APELAÇÃO CONHECIDA E DESPROVIDA.' (**1ª CC**, AC nº 352544-91.2013.8.09.0006, **Rel. Des. Luiz Eduardo de Sousa**, DJe nº 2051 de 21/06/2016).

'APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE ALIMENTOS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DATIVOS. PROFESSOR ORIENTADOR DO NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA DA FACULDADE DE DIREITO. MUNUS SOCIAL. PLEITO IMPROCEDENTE. SENTENÇA MANTIDA. PREQUESTIONAMENTO. I- A atividade exercida pelos professores monitores dos núcleos de prática jurídica das universidades privadas não é considerada advocatícia, mas, sim, letiva, pois consiste no tutoramento de alunos que atuam em juízo (munus social) por intermédio da instituição de ensino, a real prestadora do serviço de assistência jurídica. II- Logo, os advogados que são professores contratados e pagos pela instituição educacional para orientação dos acadêmicos, tendo como finalidade precípua a elaboração de petições e peças processuais em conjunto com os alunos, profissionais que são já remunerados pela instituição de ensino, não fazem jus ao recebimento de honorários dativos. III- Improcede o pretendido prequestionamento dos apelantes, pois a fundamentação exarada na presente decisão é o que basta para a interposição de recursos nas instâncias superiores. Apelo conhecido e desprovido.' (**2ª CC**, AC nº 303173-27.2014.8.09.0006, **Rel. Des. Carlos Alberto França**, DJe nº 2053 de 23/06/2016).

'APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE DIVÓRCIO CONSENSUAL. PATROCÍNIO DA



Gabinete do Desembargador Fausto Moreira Diniz
Corte Especial

CAUSA POR PROFESSOR DE NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA DE FACULDADE DE DIREITO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. NÃO CABIMENTO. Advogado que é professor contratado e pago pela instituição educacional para orientação dos acadêmicos, tendo como finalidade precípua a elaboração de petições e peças processuais em conjunto com os alunos, já é remunerado pela instituição de ensino, não fazendo jus ao recebimento de honorários dativos. APELO IMPROVIDO.' (4ª CC, AC nº 104212-43.2014.8.09.0006, **Rel. Des. Carlos Escher**, DJe nº 1816 de 01/07/2015).

'APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE ALIMENTOS. PATROCÍNIO DA DEMANDA POR PROFESSOR/ADVOGADO DE NÚCLEO DE ENSINO DE PRÁTICA JURÍDICA DE FACULDADE DE DIREITO. FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. IMPOSSIBILIDADE. Advogado/professor contratado e remunerado pela instituição ensino superior para orientação dos acadêmicos nas aulas de prática jurídica, não faz jus ao recebimento de honorários dativos. APELAÇÃO CÍVEL CONHECIDA E DESPROVIDA. SENTENÇA MANTIDA.' (6ª CC, AC nº 413621-67.2014.8.09.0006, **Relª. Desª. Sandra Regina Teodoro Reis**, DJe nº 2066 de 12/07/2016).” (sic, fls. 04/12).

Portanto, diante da divergência acerca da questão jurídica e, preponderantemente, o risco de quebra da isonomia e de ofensa à segurança jurídica, concluiu-se pela presença dos requisitos aptos a ensejar o conhecimento/admissão do incidente, em conformidade com o acórdão do evento de nº 3, doc. 5, ao qual foi dada ampla publicidade, atendendo ao disposto no artigo 979 do Código de Ritos.



Gabinete do Desembargador Fausto Moreira Diniz
Corte Especial

Quanto ao julgamento de casos repetitivos, o ordenamento processual civil atual adotou o sistema da causa piloto, ou seja, uma ou algumas causas que são selecionadas para julgamento, e cuja solução permite que se resolvam rapidamente todas as demais pela multiplicação da decisão. Este formato revela unidade cognitiva (o mesmo órgão que aprecia a questão comum julga o processo originário) seguida da reprodução da tese definida no incidente (a *ratio decidendi* do julgamento da questão comum é replicada para todos os processos em que esta mesma questão esteja sendo objeto do debate), algo como um julgamento por amostragem da causa-piloto.

Eis o que dispõe o artigo 978, parágrafo único, da atual Lei Processual Civil: "Art. 978. O julgamento do incidente caberá ao órgão indicado pelo regimento interno dentre aqueles responsáveis pela uniformização de jurisprudência do tribunal. **Parágrafo único. O órgão colegiado incumbido de julgar o incidente e de fixar a tese jurídica julgará igualmente o recurso, a remessa necessária ou o processo de competência originária de onde se originou o incidente**". (Negritei).

Importante anotar que não descaracteriza a técnica de julgamento designada por causa piloto (artigo 978, parágrafo único do novo Código de Processo Civil), a existência de um acórdão para o IRDR e outro para a causa originária.



Gabinete do Desembargador Fausto Moreira Diniz
Corte Especial

Não há dúvidas que são dois processos diferentes, com julgamentos distintos, embora exista conexão e prejudicialidade, com a possibilidade de resultados diversos, até mesmo diante de possibilidade de revisão da tese firmada no IRDR (artigo 986, da Lei Instrumental de 2015), inclusive em sede recursal (artigo 987 do referido Diploma Legal).

Com efeito, fixada a tese jurídica, não pode haver divergência no exame posterior de feito relacionado à matéria pacificada, devendo ser aplicada à causa piloto o entendimento consolidado no IRDR. Daí adotar-se-á a técnica redacional de lavratura de dois acórdãos.

In casu, a causa-piloto é a apelação cível de nº 91000-18.2015.8.09.0006 (201590910001) interposta por José Airton de Aquino Gomes em desproveito de Dayane Cristina de Moura Gomes, advinda dos autos de divórcio litigioso, onde discute-se honorários dativos dos advogados que prestam assistência ao núcleo de prática jurídica de instituição de ensino, sendo suscitado, de ofício por esta relatoria o presente incidente de resolução de demandas repetitivas.

Reconhece-se, atualmente, a grande importância que um núcleo de prática jurídica possui para os cursos de graduação em Direito, considerando-se que, somente a partir da aplicação do conteúdo didático em experiências concretas do dia-a-dia, é que se pode desenvolver um exercício profissional mais próximo da realidade e compatível com as necessidades do meio social.



Gabinete do Desembargador Fausto Moreira Diniz
Corte Especial

É neste sentido que o núcleo de prática jurídica tem como função primeira a associação entre o ensino e a extensão, favorecendo, entre os acadêmicos de Direito, a formação de uma consciência que esteja voltada para os anseios da sociedade, particularmente no que se refere à população carente, de tal forma que se viabilize o acesso à Justiça, concretizando-se, dessa forma, a realização de ações destinadas à construção da cidadania.

Percebe-se, portanto, que a atuação dos procuradores/professores dos núcleos de prática jurídica é apenas o passo inicial para as partes que ali buscam auxílio judicial. O que não se repercute, porém, é que posteriormente a orientação dos alunos, prossegue-se as ações intentadas que continuam seu seguimento judicial, e que são guiadas pelos causídicos que ora eram professores/orientadores, mas que, continuam sua função de advogados além daquela instituição de ensino.

Diante destas considerações, é perfeitamente justo que os advogados que atuam nos referidos núcleos recebam por seus serviços advocatícios, estes na forma de honorários dativos, desde que não haja condenação de honorários sucumbenciais impostos à parte contrária, pois estes apenas orientaram os alunos nas peças iniciais, não incluindo na prestação de seus serviços o labor, o protocolo e o acompanhamento das ações.

O artigo 22, § 1º, do Estatuto da Ordem dos Advogados dispõe



Gabinete do Desembargador Fausto Moreira Diniz
Corte Especial

que:

"Art. 22. A prestação de serviço profissional assegura aos inscritos na OAB o direito aos honorários convencionados, aos fixados por arbitramento judicial e aos de sucumbência.

§ 1º. O advogado, quando indicado para patrocinar causa de juridicamente necessitado, no caso de impossibilidade da Defensoria Pública no local da prestação de serviço, tem direito aos honorários fixados pelo juiz, segundo tabela organizada pelo Conselho Seccional da OAB, e pagos pelo Estado".

A **Lei Estadual nº 9.765/85** regula a prestação no Estado de Goiás, dos serviços de assistência judiciária e de defensoria dativa (competência concorrente por força do artigo 24, inciso XIII, da Constituição Federal).

Traça o **assistente judiciário** como advogado nomeado por Seção ou Subseção da OAB ou por Juiz de Direito ou por Serviço de Assistência Judiciária para patrocinar a causa do necessitado.

Já o **defensor dativo** é descrito como o causídico designado pelo magistrado para promover a defesa, em processo criminal, do acusado ausente ou foragido ou sem meios para constituir defensor.

Para ambas atribuições, exige-se que o representante processual declare a aceitação do encargo, e, para a primeira função, preconiza a necessidade de deferimento da provisão.



Gabinete do Desembargador Fausto Moreira Diniz
Corte Especial

A fim de melhor elucidar a questão transcrevo parte da legislação,
ad litteram:

“LEI Nº 9.785, DE 07 DE OUTUBRO DE 1985.

Art. 1º Os serviços de assistência judiciária e de defensoria dativa serão prestados, na forma da lei, pelos Defensores Públicos do Estado e Advogados, nas comarcas de Goiânia e do interior do Estado, respectivamente, perante a Justiça civil, penal, ou de qualquer outra natureza. (redação dada pela Lei nº 17.701/2012).

Art. 2º - O patrocínio de assistência judiciária ou defensoria dativa ao necessitado, nas comarcas do interior, será exercido por advogado sem vínculo empregatício com o Estado.

§ 1º - Para os efeitos desta lei, considera-se:

a) assistente judiciário o advogado nomeado pela Seção ou Subseção da Orem dos Advogados do Brasil, pelo Juiz de Direito ou pelo Serviço de Assistência Judiciária, para patrocinar a causa do necessitado, depois de deferido o pedido em juízo;

b) defensor dativo o advogado nomeado pelo Juiz de Direito para promover a defesa, em processo criminal do acusado ausente, foragido, ou sem meios para constituir defensor.



Gabinete do Desembargador Fausto Moreira Diniz
Corte Especial

§ 2º - A pessoa que fizer jus ao benefício indicará o assistente judiciário ou defensor dativo de sua preferência com a respectiva declaração de aceitação do encargo."

A Lei Estadual nº 9.765/85, em seus artigos seguintes, disciplina que o advogado nomeado será remunerado pelos serviços prestados, a fim de perceber honorários a serem arbitrados quando: a) *atuarem em procedimento de jurisdição voluntária*; b) *o assistido beneficiário de assistência judiciária for vencido na causa ou, quando vencedor, litigou em face de parte ex adversa também beneficiária da gratuidade*.

Acrescenta que esse direito é extensível ao advogado nomeado curador especial, à lide ou de acusado menor.

Nesse particular, as pertinentes disposições normativas, *ipsis litteris*:

"Art. 4º - Quando o beneficiário da assistência judiciária for vencido na causa, nos casos de defensoria dativa do réu pobre e na hipótese prevista na parte final do art. 6º, o profissional nomeado, a título de remuneração pelos serviços prestados, terá o direito de perceber os honorários arbitrados pelo Juiz de Direito, observado o seguinte:

(...)



Gabinete do Desembargador Fausto Moreira Diniz
Corte Especial

Art. 5º - Do mesmo modo e segundo as condições estabelecidas no artigo anterior e seus parágrafos, também terá direito á remuneração ali referida o advogado que exercer patrocínio em procedimento de jurisdição voluntária.

Art. 6º - Quando o beneficiário da assistência patrocinada por advogado for vencedor na causa, proceder-se-á, no que concerne aos honorários, na forma do art. 11 e seu § 1º da Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, desde que o vencido não seja também beneficiário de assistência judiciária.

(...)

Art. 8º - Estende-se o direito de recebimento de honorários:

I - ao advogado nomeado curador de acusado menor:

II - ao advogado nomeado curador especial e curador à lide (arts. 9º, 1.042 e 1.179 do Código de Processo Civil)."

Linhas volvidas, de uma análise sistemática, percebe-se que o assistente judiciário e o advogado dativo deverão receber, a título de contrapartida pelos serviços prestados, honorários de uma única natureza, de maneira que se preferem os sucumbenciais, quando



Gabinete do Desembargador Fausto Moreira Diniz
Corte Especial

exigíveis, aos arbitrados.

A respeito do tema, eis julgados dos Tribunais de Justiça do Rio Grande do Sul e Santa Catarina:

"APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE DIVÓRCIO DIRETO LITIGIOSO. DIREITO POTESTATIVO. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. ADEQUAÇÃO. HONORÁRIOS AO DEFENSOR DATIVO. MAJORAÇÃO. Com o advento da Emenda Constitucional nº 66/2010, que alterou a redação do artigo 226, § 6º, da Constituição Federal, o divórcio passou a ser direito potestativo, desvinculado de qualquer prazo ou condição. Assim, o pedido de divórcio não admite contestação e depende apenas da vontade de uma das partes, razão pela qual nenhum reparo merece a sentença no ponto. **Honorários advocatícios fixados ao defensor dativo majorados para R\$ 350,00.** É que embora seja de R\$ 351,00 o valor máximo previsto no Anexo I do Ato nº 31/2008 da Presidência deste Tribunal para remuneração de defensores dativos, e ainda que a atividade profissional não tenha sido das maiores, não se pode perder de vista nem a falta de atualização do valor fixado na Resolução, nem o perigo de se aviltar a sagrada atividade advocatícia. **DERAM PARCIAL PROVIMENTO**". (TJRS, 8ª CC, AC nº 70067826149, **Rel. Rui Portanova**, julgado em 03/03/2016). (Negritei).

"APELAÇÃO CÍVEL EM MANDADO DE SEGURANÇA – HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – SERVIÇO PRESTADO POR ESCRITÓRIO MODELO VINCULADO À INSTITUIÇÃO DE ENSINO – VERBA SUCUMBENCIAL QUE É DEVIDA À UNIVERSIDADE MANTENEDORA DO NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA, A TEOR DO ARTIGO 4º DA LEI Nº 8.906/94 – SENTENÇA MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO. Nas ações patrocinadas



Gabinete do Desembargador Fausto Moreira Diniz
Corte Especial

*pelas instituições de ensino através de seus escritórios-modelo, a estas é devida a sucumbência nas ações em que obtiver sucesso, haja vista o vínculo didático e acadêmico mantido entre mantenedora e o subscritor da peça, que atua no corpo docente da entidade, provendo recursos para esse mister". (TJSC, 2ª Câmara de Direito Público, ACMS 135490 SC 2007.013549-0, **Rel. Cid Goulart**, 16 de dezembro de 2010).*

Eis, também, jurisprudência desta Corte de Justiça:

*"APELAÇÃO CÍVEL. DIVÓRCIO LITIGIOSO. DEFESA PROMOVIDA POR NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA A AMBOS OS LITIGANTES. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS E DATIVOS NÃO ARBITRADOS. O advogado que, na qualidade de professor de Núcleo de Prática Jurídica Cível de Instituição de Ensino Superior, prestar assistência judiciária às pessoas necessitadas, desde que selecionadas pelo Núcleo de Prática Jurídica da UniEvangélica, faz jus ao arbitramento de honorários dativos quando atendidos os requisitos legais. Apelação conhecida e provida". (1ª CC, AC nº 115549-63, **Rel. Des. Orloff Neves Rocha**, DJe nº 2009 de 15/04/2016).*

Por outro lado, vejo que **não vinga a tese contrária**, qual seja, a de que a atividade exercida pelos professores monitores dos núcleos de prática jurídica das universidades privadas não é considerada atividade advocatícia, mas sim, letiva, pois, consiste no tutoramento de alunos ('munus social') por intermédio da instituição de ensino, a real prestadora do serviço de assistência judiciária e que advogados que são professores contratados e pagos pela instituição educacional para orientação dos acadêmicos,



Gabinete do Desembargador Fausto Moreira Diniz
Corte Especial

tendo como finalidade precípua a elaboração de petições e peças processuais em conjunto com os alunos, profissionais que são já remunerados pela instituição de ensino, não fazendo, portanto, jus aos recebimento de honorários dativos. Com a devida vênia, ao contrário dos eminentes julgadores que têm tal posicionamento entendendo ser direito do advogado o recebimento de honorários dativos decorrentes da assistência jurídica à pessoa declaradamente necessitada pela carência de recursos financeiros e também pelo fato do causídico atuar em Núcleo de Prática Jurídica de instituição particular de ensino superior, consoante argumentação já expendida que deverá ser remunerado pelo Estado, desde que não haja condenação de honorários sucumbenciais impostos à parte contrária.

Ao teor do exposto, **JULGO O INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS** para fixar a seguinte tese: ***"É perfeitamente possível a fixação de honorários dativos aos advogados que, na qualidade de professores do núcleo de prática jurídica de instituição de ensino superior, prestam serviços a pessoas hipossuficientes, desde que não haja condenação de honorários sucumbenciais impostos à parte contrária."***

O posicionamento ora firmado neste incidente é de caráter vinculante e obrigatório, devendo a tese aqui firmada ser aplicada a todas as ações individuais ou coletivas que versem sobre idêntica matéria, em curso no Poder Judiciário do Estado de Goiás, bem



tribunal
de justiça
do estado de goiás

Gabinete do Desembargador Fausto Moreira Diniz
Corte Especial
como aos casos futuros, com fulcro no artigo 985, incisos I e II, do
Código de Processo Civil/2015.

É o voto.

Goiânia, 24 de julho de 2018.

DES. FAUSTO MOREIRA DINIZ
RELATOR

09/Fred